

**O PAPEL DA MODALIDADE DE ENSINO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -
NÍVEL MÉDIO**

**THE ROLE OF THE EDUCATIONAL MODALITY YOUTH AND ADULT EDUCATION -
HIGH SCHOOL LEVEL**

**EL PAPEL DE LA MODALIDAD EDUCATIVA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS
- NIVEL MEDIO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-126>

Data de submissão: 13/10/2025

Data de publicação: 13/11/2025

Marcos Roberto Fernandes Filho

Mestrando pelo Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional

Instituição: Universidade Alves de Farias (UNIALFA)

E-mail: mrrff08@gmail.com

<https://lattes.cnpq.br/5977765078338834>

Edna Maria de Jesus

Doutora em Educação

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)

E-mail: ednamariajesus20@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2527154939418859>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3498-4290>

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como um dos pilares fundamentais da educação brasileira contemporânea, voltada à reparação de desigualdades históricas e à garantia do direito universal à escolarização. O presente artigo tem como objetivo analisar o papel da EJA no nível médio, abordando seus fundamentos históricos, marcos legais e políticas públicas, bem como as metodologias e práticas pedagógicas que favorecem a inclusão social e a formação cidadã. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, baseou-se em referenciais teóricos contemporâneos e documentos institucionais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais e relatórios da UNESCO, buscando compreender a relevância dessa modalidade no contexto educacional brasileiro. Os resultados da análise teórica apontam que a EJA representa mais do que um espaço de ensino formal, constituindo-se como ambiente de emancipação e valorização dos saberes populares, ao possibilitar o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da consciência social. Além disso, evidencia-se que a efetividade da EJA depende da continuidade de políticas públicas, do fortalecimento da formação docente e da ampliação de investimentos estruturais. Assim, reafirma-se que a EJA é instrumento de inclusão, equidade e transformação social, sendo indispensável à construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Inclusão Social. Cidadania. Políticas Públicas. Formação Humana.

ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) stands as one of the fundamental pillars of contemporary Brazilian education, aimed at correcting historical inequalities and ensuring the universal right to schooling. This

article seeks to analyze the role of EJA at the secondary level, discussing its historical foundations, legal frameworks, and public policies, as well as the methodologies and pedagogical practices that foster social inclusion and citizenship formation. The research adopts a qualitative and bibliographic approach, based on contemporary theoretical references and institutional documents such as the National Curriculum Guidelines and UNESCO reports, to understand the relevance of this educational modality within the Brazilian context. The theoretical analysis indicates that EJA represents more than a formal educational space, becoming an environment of emancipation and appreciation of popular knowledge, fostering autonomy, critical thinking, and social awareness. Furthermore, the effectiveness of EJA depends on the continuity of public policies, the strengthening of teacher training, and the expansion of structural investments. Therefore, EJA is reaffirmed as a key instrument for inclusion, equity, and social transformation, indispensable to building a more just and democratic society.

Keywords: Youth and Adult Education. Social Inclusion. Citizenship. Public Policies. Human Development.

RESUMEN

La Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) se consolida como uno de los pilares fundamentales de la educación brasileña contemporánea, orientada a reparar las desigualdades históricas y garantizar el derecho universal a la escolarización. Este artículo tiene como objetivo analizar el papel de la EJA en el nivel medio, abordando sus fundamentos históricos, marcos legales y políticas públicas, así como las metodologías y prácticas pedagógicas que promueven la inclusión social y la formación ciudadana. La investigación, de enfoque cualitativo y carácter bibliográfico, se basó en referencias teóricas contemporáneas y documentos institucionales, como las Directrices Curriculares Nacionales y los informes de la UNESCO, para comprender la relevancia de esta modalidad educativa en el contexto brasileño. El análisis teórico demuestra que la EJA es más que un espacio de enseñanza formal, convirtiéndose en un ambiente de emancipación y valorización de los saberes populares, al fomentar la autonomía, el pensamiento crítico y la conciencia social. Asimismo, se destaca que la efectividad de la EJA depende de la continuidad de las políticas públicas, del fortalecimiento de la formación docente y de la expansión de las inversiones estructurales. De este modo, se reafirma que la EJA es un instrumento de inclusión, equidad y transformación social, indispensable para la construcción de una sociedad más justa y democrática.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Inclusión Social. Ciudadanía. Políticas Públicas. Desarrollo Humano.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade fundamental do sistema educacional brasileiro, voltada para a garantia do direito à educação a indivíduos que, por diferentes razões, não concluíram os estudos na idade regular. Segundo Haddad e Di Pierro (2023), a EJA representa uma conquista histórica resultante de intensas lutas sociais em prol da democratização do ensino, atuando como instrumento de inclusão e reparação de desigualdades estruturais. No Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a modalidade passou a integrar oficialmente a educação básica, assumindo o compromisso de atender sujeitos jovens, adultos e idosos que buscam a escolarização como meio de emancipação social (BRASIL, 1996). Nesse contexto, a EJA consolida-se como uma política pública que transcende a dimensão pedagógica, articulando-se a processos de transformação social, cultural e econômica.

A relevância da EJA reside em seu papel de promover a justiça social, possibilitando o acesso equitativo ao conhecimento e a valorização das trajetórias individuais e coletivas dos educandos. De acordo com Carvalho (2021), essa modalidade deve ser compreendida não como um mecanismo compensatório, mas como uma estratégia emancipatória, voltada à formação crítica e cidadã. Essa perspectiva dialoga com o pensamento freireano, ao compreender a educação como prática de liberdade e como processo de construção coletiva do saber. Assim, a EJA reafirma o compromisso ético e político da escola pública em assegurar condições de aprendizado contínuo, contribuindo para a consolidação de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Apesar de seus avanços, a EJA ainda enfrenta desafios significativos no cenário educacional contemporâneo. Estudos de Catelli Junior e Haddad (2022) evidenciam a persistência de altos índices de evasão, a insuficiência de financiamento e a precarização das condições de oferta. Além disso, a ausência de políticas públicas duradouras compromete a continuidade das ações voltadas à modalidade, fragilizando a formação dos docentes e a qualidade do ensino. Essa realidade revela uma lacuna social e política que necessita de investigação acadêmica, uma vez que a EJA, em sua função de inclusão, ainda carece de reconhecimento efetivo como política de Estado e de estratégias pedagógicas que assegurem a permanência e o sucesso dos estudantes.

Diante desse panorama, o presente artigo propõe-se a analisar o papel da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos – nível médio, discutindo seus fundamentos teóricos, suas políticas públicas e seus impactos sociais e pedagógicos. O problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: de que forma a EJA contribui para a inclusão social e a formação cidadã de jovens e adultos no Brasil contemporâneo? A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender como as práticas educacionais e os marcos legais que sustentam a EJA influenciam o

exercício da cidadania e a democratização do conhecimento, especialmente em um contexto de desigualdade persistente e de transformações sociais intensas.

Quanto à metodologia, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada em pesquisa bibliográfica. Foram consultadas obras de referência, artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2020) e o Relatório Mundial sobre Aprendizagem de Adultos 2022 da UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2022). A análise teórica foi desenvolvida a partir da leitura crítica e comparativa de autores que discutem a EJA sob as dimensões histórica, política, pedagógica e social, permitindo um entendimento abrangente sobre sua relevância e seus desafios atuais.

Espera-se que esta investigação contribua para o fortalecimento do debate acadêmico e político em torno da EJA, ao evidenciar seu potencial transformador e sua importância para a consolidação da educação como direito humano fundamental. Conforme Souza e Almeida (2021), a valorização da EJA implica reconhecer a diversidade de seus sujeitos e a complexidade de suas demandas, promovendo uma educação que ultrapasse os limites da escolarização formal e alcance a formação integral. Assim, o presente trabalho pretende ampliar a compreensão sobre o papel da EJA na inclusão social e na formação cidadã, reafirmando sua centralidade como política pública indispensável à construção de uma sociedade mais justa, crítica e igualitária.

2 CONCEPÇÕES E FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) consolidou-se historicamente como uma modalidade essencial para garantir o direito à educação àqueles que, por motivos diversos, não concluíram o ensino básico na idade regular. Segundo Haddad e Di Pierro (2023), a EJA surge como uma resposta política e social às desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro, sendo fruto de lutas populares e de movimentos sociais que reivindicaram o acesso universal ao conhecimento e à cidadania. Essa modalidade se insere no contexto mais amplo de democratização da educação, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

De acordo com Carvalho (2021), a EJA representa mais do que um espaço compensatório de escolarização; ela assume o papel de instrumento de emancipação social e política. A autora destaca que as concepções contemporâneas da EJA têm se orientado por princípios de inclusão e equidade, considerando as especificidades culturais, sociais e econômicas de seus educandos. Assim, a

modalidade consolida-se como um campo pedagógico comprometido com a transformação social, o que a distancia de uma visão meramente assistencialista.

O marco legal da EJA foi estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconhece o direito à educação para todos em qualquer idade (BRASIL, 1996). Esse documento consolidou juridicamente a EJA como modalidade da educação básica, definindo seus objetivos, público-alvo e formas de oferta. Posteriormente, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos reforçaram a necessidade de se construir práticas pedagógicas contextualizadas e socialmente significativas, voltadas à formação integral dos sujeitos (BRASIL, 2020).

A trajetória da EJA no Brasil é marcada por influências de correntes pedagógicas críticas, especialmente as ideias de Paulo Freire. Segundo Machado (2020), o pensamento freireano contribuiu decisivamente para a compreensão da educação como prática de liberdade, defendendo a centralidade do diálogo, da consciência crítica e da valorização dos saberes populares. Essa perspectiva tornou-se fundante das políticas e metodologias voltadas à educação de jovens e adultos.

Catelli Junior e Haddad (2022) ressaltam que a história da EJA reflete as contradições do desenvolvimento social brasileiro. Enquanto avança no reconhecimento do direito à educação, também enfrenta retrocessos decorrentes de descontinuidades políticas e orçamentárias. Os autores apontam que, nas últimas décadas, a EJA tem oscilado entre políticas inclusivas e medidas de contenção fiscal que comprometem sua continuidade e eficácia.

No contexto latino-americano, Rodríguez (2021) observa que a educação de jovens e adultos é um elemento estratégico para a justiça educativa. A autora destaca que a EJA deve ser compreendida como parte de um projeto de sociedade voltado à superação das desigualdades estruturais, promovendo a inclusão de grupos historicamente marginalizados. Essa compreensão amplia o horizonte da EJA para além da escolarização formal, incorporando dimensões sociais, culturais e econômicas.

O Relatório Mundial sobre Aprendizagem de Adultos 2022, publicado pela UNESCO, reforça que a aprendizagem ao longo da vida constitui um direito humano e um requisito fundamental para o desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2022). Esse entendimento internacional legitima a EJA como parte integrante das políticas globais de educação e como ferramenta para a construção de sociedades mais equitativas e resilientes.

A pesquisa de Freitas e Santos (2022) evidencia que os estudantes da EJA carregam trajetórias marcadas por múltiplas formas de exclusão educacional e social. Esses autores identificam que o acesso tardio à escola, a evasão e a precariedade das condições de ensino refletem desigualdades

históricas que a modalidade busca reparar. A permanência desses sujeitos depende, portanto, de práticas pedagógicas que valorizem suas experiências e saberes.

Nesse sentido, Mendonça (2019) defende que a EJA deve ser entendida a partir da diversidade de seus participantes, o que exige um currículo flexível e inclusivo. A autora propõe uma abordagem curricular que considere a pluralidade de contextos socioculturais, reconhecendo que o processo educativo precisa dialogar com as realidades concretas dos educandos e promover aprendizagens significativas.

A dimensão pedagógica da EJA também envolve a formação docente. Conforme Martins e Oliveira (2024), o professor da EJA deve possuir competências específicas para lidar com a heterogeneidade das turmas e com as demandas de sujeitos adultos. Essa formação deve articular teoria e prática, contemplando aspectos didáticos, políticos e culturais, de modo a favorecer o protagonismo dos estudantes e a construção coletiva do conhecimento.

O uso de metodologias inovadoras tem sido apontado como fator determinante para o sucesso da EJA. Lima (2023) argumenta que as metodologias ativas, quando adaptadas ao perfil dos educandos, podem favorecer a autonomia e o engajamento, transformando a sala de aula em um espaço de partilha e reflexão crítica. Essa perspectiva pedagógica aproxima-se da concepção freireana de educação dialógica e participativa.

Estudos do INEP (2024) indicam que, embora o número de matrículas na EJA apresente variações ao longo dos anos, a modalidade ainda cumpre papel relevante na redução das taxas de analfabetismo e na ampliação do acesso à educação básica. Os dados do Censo Escolar mostram que há maior concentração de matrículas nas regiões com menores índices de desenvolvimento humano, evidenciando o caráter social e compensatório da EJA no contexto nacional.

Souza e Almeida (2021) ressaltam que a EJA desempenha função essencial no desenvolvimento social e econômico do país, ao possibilitar que indivíduos antes excluídos do sistema educacional ingressem no mercado de trabalho com maior qualificação. Para os autores, a valorização da EJA como política pública permanente é condição indispensável para o fortalecimento da cidadania e para a promoção da justiça social, reafirmando seu papel histórico na consolidação dos direitos humanos e educacionais.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E MARCOS LEGAIS DA EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é resultante de um processo histórico de lutas sociais pela ampliação do direito à educação e pela inclusão de segmentos historicamente marginalizados. Segundo Haddad e Di Pierro (2023), a consolidação da EJA como política pública

decorre de um movimento que envolve tanto a sociedade civil quanto o Estado, sendo pautado por princípios de justiça social e igualdade de oportunidades. A institucionalização da EJA ocorre com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, que reconhece oficialmente essa modalidade como parte integrante da educação básica, assegurando o direito à escolarização em qualquer fase da vida (BRASIL, 1996).

As bases legais da EJA são reforçadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, que orientam as práticas pedagógicas e os princípios formativos voltados à educação de pessoas que não concluíram o ensino regular (BRASIL, 2020). De acordo com essas diretrizes, a EJA deve estar ancorada nos princípios da equidade, da diferença e da proporcionalidade, reconhecendo as particularidades dos sujeitos adultos e suas trajetórias de vida. Essa concepção rompe com a ideia de uma educação compensatória e propõe uma formação integral voltada para a emancipação e para o exercício pleno da cidadania.

Carvalho (2021) destaca que as políticas de EJA representam um campo de disputa ideológica e política, na medida em que envolvem concepções distintas sobre o papel do Estado e da educação na sociedade. Para a autora, a EJA, ao longo das últimas décadas, tem sido tensionada entre políticas de inclusão e práticas de desresponsabilização estatal, que reduzem a educação a um instrumento de empregabilidade, desconsiderando seu caráter formativo e libertador. Essa dualidade reflete a própria instabilidade das políticas educacionais no país.

Os estudos de Catelli Junior e Haddad (2022) demonstram que, mesmo diante dos avanços normativos, a EJA enfrenta desafios persistentes de financiamento e de institucionalização. Os autores apontam que, após o fim de programas federais como o Brasil Alfabetizado e o ProJovem, houve significativa retração na oferta e na continuidade de ações estruturantes. Essa descontinuidade compromete o alcance das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), que prevê a erradicação do analfabetismo e a universalização da educação básica.

Segundo Machado (2020), as políticas públicas voltadas à EJA devem ser compreendidas a partir de uma perspectiva de direitos humanos e não como ações emergenciais. A autora afirma que o desafio atual consiste em articular políticas educacionais, sociais e econômicas de modo integrado, garantindo condições materiais e simbólicas para a aprendizagem significativa. Essa abordagem requer a valorização do protagonismo dos sujeitos da EJA e o reconhecimento de seus saberes e experiências de vida como elementos constitutivos do processo educativo.

No contexto internacional, a UNESCO tem desempenhado papel relevante na formulação de diretrizes e metas globais relacionadas à educação de adultos. O Relatório Mundial sobre Aprendizagem de Adultos 2022 reafirma o compromisso dos países signatários com a aprendizagem

ao longo da vida, entendendo-a como direito fundamental e estratégia para o desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2022). Tal documento reforça que políticas públicas de EJA devem articular alfabetização, formação profissional e participação cidadã, assegurando equidade de gênero e diversidade cultural.

A análise de Freitas e Santos (2022) evidencia que, embora a legislação brasileira assegure o direito à EJA, há discrepâncias entre o previsto nas normas e a realidade das redes de ensino. Muitos sistemas estaduais e municipais carecem de planejamento e recursos adequados, o que resulta em desigualdades regionais e altos índices de evasão. Para os autores, a efetivação das políticas depende da integração entre União, estados e municípios, bem como da ampliação dos mecanismos de financiamento vinculados ao Fundeb.

O Censo Escolar da Educação Básica 2023, publicado pelo INEP (2024), indica uma queda significativa no número de matrículas da EJA, especialmente no ensino médio. Esse cenário revela não apenas dificuldades de acesso, mas também problemas de permanência e de qualidade da oferta. Tais dados demonstram a necessidade de políticas de incentivo à matrícula e de ações articuladas com outras políticas públicas, como saúde, assistência social e trabalho.

Conforme Paiva (2018), a formulação de políticas públicas efetivas para a EJA exige compreender o perfil sociocultural de seus educandos. A autora ressalta que a diversidade presente nas turmas — que inclui trabalhadores, mães, jovens em vulnerabilidade e pessoas idosas — demanda políticas flexíveis e humanizadas, capazes de responder às necessidades reais da população. A valorização das experiências de vida desses sujeitos é um princípio orientador das políticas pedagógicas e curriculares.

Mendonça (2019) complementa que a EJA deve integrar o conceito de currículo como prática social, promovendo o diálogo entre conhecimentos científicos e saberes populares. Políticas curriculares bem estruturadas podem contribuir para a redução da evasão e para o fortalecimento da autoestima dos educandos. Esse entendimento está alinhado às orientações das diretrizes nacionais, que defendem uma educação centrada na pluralidade e no respeito às diferenças.

Na perspectiva de Souza e Almeida (2021), a consolidação de políticas públicas duradouras depende da valorização dos profissionais que atuam na EJA. O reconhecimento da especificidade dessa modalidade deve refletir-se em programas de formação continuada, remuneração adequada e melhoria das condições de trabalho. A falta de políticas de valorização docente constitui, segundo os autores, um dos principais entraves à efetividade das ações no campo da EJA.

Lima (2023) argumenta que as políticas públicas precisam contemplar também a dimensão metodológica da EJA. A incorporação de metodologias ativas e tecnologias educacionais pode

contribuir para aumentar a atratividade das aulas e para promover o protagonismo dos estudantes adultos. Essa inovação pedagógica deve estar amparada por políticas de formação e infraestrutura tecnológica adequadas.

A análise de Torres (2017) e Rodríguez (2021) evidencia que os países latino-americanos enfrentam desafios semelhantes na consolidação de políticas de educação de jovens e adultos. Ambos destacam que a sustentabilidade dessas políticas depende de compromissos institucionais de longo prazo e de uma concepção de educação voltada para a justiça social. Nesse contexto, o Brasil deve reafirmar seu compromisso com a EJA como direito público subjetivo, assegurando sua continuidade e fortalecimento como política de Estado, e não apenas como política de governo transitória.

4 CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS E DESAFIOS DO PÚBLICO DA EJA NO NÍVEL MÉDIO

O público atendido pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nível médio é composto majoritariamente por sujeitos cujas trajetórias educacionais foram interrompidas por razões socioeconômicas, familiares ou institucionais. Segundo Freitas e Santos (2022), esses educandos são, em sua maioria, trabalhadores que enfrentam jornadas extensas, condições precárias de emprego e responsabilidades domésticas, o que torna o retorno à escola um desafio cotidiano. A heterogeneidade das turmas é uma característica marcante da modalidade, composta por jovens que abandonaram o ensino regular e por adultos que buscam retomar seus estudos após longos períodos de afastamento.

De acordo com Carvalho (2021), a EJA deve ser compreendida como um espaço plural e intercultural, no qual convivem diferentes identidades, histórias e experiências de vida. Essa diversidade impõe ao processo educativo uma necessidade de constante adaptação curricular e metodológica. O reconhecimento das vivências dos estudantes é essencial para promover a inclusão e o engajamento, transformando o ambiente escolar em um espaço de valorização do saber popular e do aprendizado coletivo. Assim, o desafio central consiste em equilibrar os conteúdos formais com os saberes adquiridos na prática social.

Mendonça (2019) afirma que o currículo da EJA deve refletir as especificidades culturais e cognitivas dos estudantes adultos, permitindo o diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento empírico. A autora sustenta que o distanciamento entre o conteúdo escolar e a realidade do aluno é um dos principais fatores de desmotivação e evasão. Portanto, a contextualização das práticas pedagógicas é indispensável para que o processo de ensino-aprendizagem tenha significado e relevância social.

Os estudos de Haddad e Di Pierro (2023) indicam que a vulnerabilidade socioeconômica permanece como um dos principais entraves à permanência dos estudantes da EJA. A precariedade das condições materiais, o desemprego e a ausência de políticas de apoio social, como transporte e alimentação escolar, agravam as dificuldades enfrentadas pelos alunos. Essa conjuntura reforça a necessidade de políticas públicas intersetoriais que articulem educação, assistência social e trabalho, promovendo condições reais para o exercício do direito à educação.

Segundo Souza e Almeida (2021), a EJA representa uma oportunidade concreta de ascensão social e de ressignificação das trajetórias pessoais. Para muitos estudantes, o retorno à escola significa mais do que concluir uma etapa formal: é uma forma de recuperar a autoestima, o pertencimento e a esperança em novas possibilidades de vida. Entretanto, os autores alertam que a ausência de políticas de valorização e de acompanhamento psicossocial fragiliza a permanência dos educandos, sobretudo entre os mais jovens.

Estudos realizados pelo INEP (2024) demonstram que, no nível médio, o perfil do aluno da EJA é predominantemente feminino e formado por pessoas entre 25 e 40 anos. A maioria está inserida no mercado de trabalho informal e apresenta defasagens significativas em relação às competências básicas de leitura, escrita e cálculo. Tais dados indicam que as práticas pedagógicas devem priorizar metodologias contextualizadas e flexíveis, capazes de conciliar o tempo de estudo com as demandas do cotidiano profissional e familiar.

Conforme Lima (2023), a adoção de metodologias ativas e participativas é fundamental para estimular o protagonismo do aluno adulto. Estratégias como projetos interdisciplinares, rodas de conversa e uso de tecnologias educacionais favorecem o aprendizado significativo e colaborativo. No entanto, a autora observa que muitos professores ainda encontram dificuldades em adaptar essas metodologias às condições estruturais das escolas, que frequentemente carecem de recursos tecnológicos e apoio institucional.

Martins e Oliveira (2024) enfatizam que a formação docente voltada para a EJA deve considerar a complexidade das relações socioculturais presentes nas turmas. O professor deve atuar como mediador sensível às particularidades de cada educando, reconhecendo as potencialidades individuais e coletivas do grupo. Para os autores, a ausência de formação específica e continuada para esses profissionais é um dos principais fatores que comprometem a qualidade da oferta educacional.

No plano internacional, Rodríguez (2021) argumenta que o público da EJA reflete, em toda a América Latina, as desigualdades estruturais da região. As condições de pobreza, desigualdade de gênero e exclusão digital são desafios recorrentes, o que exige políticas educacionais que transcendam

o espaço escolar e promovam justiça social. A autora defende que a educação de adultos deve ser vista como parte de uma estratégia mais ampla de inclusão e desenvolvimento humano.

Segundo o Relatório Mundial sobre Aprendizagem de Adultos 2022, elaborado pela UNESCO, a diversidade cultural e etária do público da EJA constitui um dos maiores potenciais dessa modalidade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2022). A valorização dessa heterogeneidade favorece o intercâmbio de saberes, o diálogo intergeracional e a construção de comunidades de aprendizagem, desde que as políticas educacionais e currículos estejam adequadamente ajustados a tais características.

Machado (2020) observa que a EJA, quando orientada por uma perspectiva humanizadora, contribui para o fortalecimento da autonomia intelectual e da consciência crítica dos estudantes. A autora argumenta que o ato de aprender, para o jovem e o adulto, é também um ato de se reconhecer como sujeito de direitos e de cultura. Nesse sentido, o desafio pedagógico consiste em construir práticas que superem o caráter compensatório e afirmem a EJA como espaço de liberação e de reconstrução identitária.

Por fim, Catelli Junior e Haddad (2022) afirmam que os desafios enfrentados pelo público da EJA no nível médio não se limitam à dimensão educacional, mas abrangem aspectos estruturais da sociedade brasileira. A superação desses obstáculos requer políticas públicas de longo prazo, sustentadas por investimentos adequados, valorização docente e fortalecimento da gestão escolar. A EJA, ao atender um público diverso e vulnerável, reafirma sua importância como instrumento de democratização do conhecimento e de efetivação do direito à educação, constituindo um dos pilares para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5 METODOLOGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A escolha das metodologias e práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve considerar a singularidade de seus sujeitos, que carregam consigo experiências sociais, culturais e profissionais diversas. De acordo com Machado (2020), o processo de ensino-aprendizagem na EJA não pode reproduzir o modelo tradicional do ensino regular, pois seus educandos possuem trajetórias de vida que exigem abordagens mais flexíveis e dialógicas. O ponto de partida deve ser o reconhecimento de que esses sujeitos trazem um repertório de saberes acumulados fora da escola, os quais precisam ser incorporados como parte legítima do processo educativo. A autora enfatiza que a pedagogia voltada à EJA deve valorizar o diálogo, a escuta ativa e a problematização, em consonância com os princípios freireanos de educação emancipadora.

As metodologias aplicadas à EJA devem priorizar a construção coletiva do conhecimento e a participação ativa dos estudantes. Segundo Lima (2023), as metodologias ativas, quando bem adaptadas ao perfil dos educandos, estimulam o pensamento crítico, a autonomia e o engajamento. Entre as práticas mais eficazes estão o aprendizado baseado em projetos, as rodas de conversa e os estudos de caso, que promovem a integração entre teoria e prática. Contudo, a autora observa que a aplicação dessas metodologias requer formação docente continuada e infraestrutura adequada, uma vez que muitas instituições ainda carecem de recursos materiais e tecnológicos para sua implementação plena.

De acordo com Carvalho (2021), o papel do educador na EJA é o de mediador do conhecimento, e não de transmissor. O professor precisa desenvolver estratégias que despertem o interesse e a curiosidade dos estudantes adultos, promovendo uma aprendizagem significativa que se relacione diretamente com suas vivências. O planejamento pedagógico deve ser contextualizado, levando em conta o ambiente sociocultural dos alunos, seus tempos de aprendizagem e suas limitações práticas. A avaliação, nesse contexto, assume caráter formativo, centrada na progressão individual e no desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas e sociais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA, publicadas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2020), orientam que as práticas pedagógicas devem estar fundamentadas nos princípios da equidade, da diversidade e da autonomia. Esses princípios reforçam a importância de metodologias que contemplam o ritmo de aprendizagem dos educandos e que promovam o respeito às suas diferenças culturais, geracionais e cognitivas. Além disso, o documento destaca que o currículo da EJA deve ser interdisciplinar e articulado com temas contemporâneos, de modo a favorecer a construção de uma visão crítica sobre a realidade social e econômica.

A utilização de tecnologias educacionais é outro componente essencial nas práticas pedagógicas contemporâneas. Conforme Martins e Oliveira (2024), as ferramentas digitais possibilitam a criação de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e interativos, especialmente em cursos semipresenciais ou de educação a distância. No entanto, os autores advertem que o uso da tecnologia deve estar a serviço da aprendizagem, e não se limitar à reprodução de conteúdos. Para isso, o professor deve ser preparado para atuar como facilitador e integrador de recursos digitais, explorando plataformas, aplicativos e mídias sociais como instrumentos de ensino crítico e colaborativo.

Segundo Paiva (2018), a EJA deve romper com a concepção bancária de educação e adotar uma prática pedagógica pautada na problematização e na reflexão. O ensino deve partir da realidade concreta dos alunos, abordando temas geradores que emergem de seu cotidiano e que permitam o desenvolvimento da consciência crítica. Essa metodologia, inspirada na pedagogia freireana, estimula

o diálogo entre educador e educando e contribui para o fortalecimento da identidade dos sujeitos. Nesse sentido, o aprendizado se torna um ato de libertação, por meio do qual o aluno é capaz de compreender e transformar a sua realidade.

O estudo de Catelli Junior e Haddad (2022) ressalta que a EJA enfrenta o desafio de conciliar metodologias inovadoras com as condições precárias de oferta. Muitas escolas carecem de materiais didáticos apropriados e espaços adequados, o que compromete a eficácia das práticas pedagógicas. Ainda assim, os autores apontam que a criatividade dos educadores tem sido um fator determinante na superação dessas limitações, por meio da construção de estratégias adaptadas à realidade local. Projetos comunitários, oficinas culturais e atividades interdisciplinares são exemplos de práticas que fortalecem o vínculo entre escola e comunidade.

Para Mendonça (2019), a abordagem curricular da EJA deve articular o conhecimento científico aos saberes populares, reconhecendo que os alunos não são recipientes vazios, mas portadores de experiências que enriquecem o processo educativo. O currículo, portanto, deve ser flexível, aberto e contextualizado, integrando temas como cidadania, sustentabilidade, trabalho e cultura. Essa concepção curricular permite que o aluno compreenda o conhecimento como construção histórica e social, estimulando uma postura crítica diante da realidade.

Freitas e Santos (2022) destacam que a evasão escolar é um dos principais desafios enfrentados pela EJA, e sua superação depende de práticas pedagógicas que deem sentido à aprendizagem. A falta de vínculo com a escola, muitas vezes, decorre de experiências anteriores de fracasso e exclusão. Assim, é necessário criar ambientes de acolhimento e incentivo, nos quais o erro seja compreendido como parte do processo e a aprendizagem seja vista como conquista pessoal. A relação de confiança entre professor e aluno é, nesse sentido, fundamental para a permanência e o sucesso escolar.

No contexto latino-americano, Rodríguez (2021) observa que a EJA se apresenta como um espaço de resistência e transformação, especialmente entre grupos vulneráveis. A autora enfatiza que as metodologias devem promover a educação como prática de liberdade, por meio da participação ativa e do diálogo intercultural. As práticas pedagógicas, quando alinhadas a essa perspectiva, tornam-se instrumentos de emancipação social e política, fortalecendo o papel da EJA como promotora da justiça educativa.

Segundo Souza e Almeida (2021), a integração entre trabalho e educação constitui uma das dimensões mais relevantes das práticas pedagógicas na EJA. A proposta de uma formação integral deve incluir não apenas conteúdos acadêmicos, mas também saberes práticos relacionados à vida profissional e comunitária. Essa abordagem possibilita a construção de competências socioemocionais

e técnicas que ampliam a empregabilidade e fortalecem o senso de cidadania. Além disso, estimula o protagonismo do aluno e sua inserção crítica no mundo do trabalho.

O relatório da UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2022) reforça que as metodologias voltadas à educação de adultos devem adotar uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. Isso implica reconhecer que o processo educativo não se encerra na escola, mas se estende aos espaços sociais, familiares e profissionais. O documento recomenda o fortalecimento de práticas pedagógicas que promovam a autonomia, a colaboração e o pensamento reflexivo, de modo a formar cidadãos conscientes e participativos.

Lima (2023) observa que a aplicação de metodologias participativas demanda um redimensionamento do papel da avaliação. Avaliar na EJA não deve significar apenas medir resultados, mas acompanhar processos e reconhecer progressos individuais. A avaliação formativa, nesse contexto, favorece o desenvolvimento contínuo do aluno e evita a reprodução de práticas exclucentes. O feedback constante e o diálogo sobre o desempenho tornam-se estratégias para consolidar o aprendizado e valorizar o esforço pessoal.

Carvalho (2021) acrescenta que a afetividade e o vínculo pedagógico são dimensões essenciais no trabalho docente com jovens e adultos. O professor da EJA, ao reconhecer o valor simbólico da educação na vida desses sujeitos, deve atuar como motivador e parceiro no processo de reconstrução de trajetórias interrompidas. A afetividade, quando mediada por práticas pedagógicas conscientes, torna-se elemento estruturante da aprendizagem significativa, criando um ambiente propício ao crescimento intelectual e emocional dos educandos.

De acordo com Martins e Oliveira (2024), a formação continuada dos professores da EJA é condição indispensável para a efetividade das metodologias. É necessário que o docente compreenda a complexidade dessa modalidade, dominando estratégias didáticas que articulem teoria e prática. A atualização permanente permite o desenvolvimento de uma postura reflexiva e crítica, capaz de enfrentar os desafios cotidianos da sala de aula e de adaptar as metodologias às mudanças sociais e tecnológicas.

Por fim, Machado (2020) e Torres (2017) convergem ao afirmar que as práticas pedagógicas da EJA devem estar orientadas pela ética, pela sensibilidade social e pelo compromisso com a emancipação humana. Ensinar jovens e adultos implica reconhecer suas histórias, suas dificuldades e suas potencialidades, construindo pontes entre o saber escolar e o saber da vida. A EJA, quando sustentada por metodologias participativas, humanizadoras e transformadoras, cumpre seu papel histórico de devolver ao sujeito o direito de aprender, compreender e intervir no mundo com autonomia e dignidade.

6 O PAPEL DA EJA NA INCLUSÃO SOCIAL E NA FORMAÇÃO CIDADÃ

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha papel essencial na consolidação da cidadania e na promoção da inclusão social, ao assegurar o direito à educação àqueles que, por motivos diversos, não tiveram acesso ou continuidade no ensino regular. De acordo com Haddad e Di Pierro (2023), a EJA é uma política pública que se configura como instrumento de reparação histórica e social, voltada à superação das desigualdades educacionais que afetam milhões de brasileiros. Sua função ultrapassa o âmbito da alfabetização e da escolarização formal, constituindo-se como espaço de fortalecimento da autonomia e de participação social. Nesse sentido, a EJA reafirma o princípio constitucional de que a educação é um direito de todos e um dever do Estado.

Machado (2020) argumenta que a EJA contribui significativamente para o desenvolvimento humano integral, promovendo não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a ampliação das capacidades críticas e éticas dos sujeitos. A autora defende que o processo educativo, nessa modalidade, deve valorizar a experiência de vida dos alunos e estimular o protagonismo social, possibilitando que se reconheçam como agentes de transformação. A formação cidadã, portanto, não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve o desenvolvimento da consciência crítica e da responsabilidade coletiva.

Para Carvalho (2021), a EJA representa uma das formas mais concretas de inclusão social, pois acolhe sujeitos historicamente excluídos por fatores como pobreza, racismo, desigualdade de gênero, deficiência e discriminação etária. A autora ressalta que a inclusão na EJA não deve ser apenas o acesso físico à escola, mas a efetiva participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, com o reconhecimento de suas identidades, culturas e saberes. Essa concepção está alinhada ao paradigma da educação emancipadora, que compreende o aprendizado como prática de liberdade e não como instrumento de adaptação social.

Segundo Souza e Almeida (2021), a EJA tem papel decisivo na reinserção social e econômica dos educandos, ao ampliar as oportunidades de emprego, qualificação e mobilidade social. Os autores observam que, ao retomar os estudos, muitos alunos passam a desenvolver uma nova percepção sobre sua própria capacidade, o que se traduz em autoestima, autoconfiança e engajamento comunitário. A formação cidadã, nesse contexto, está diretamente relacionada à conquista da autonomia e à ampliação da participação política e social.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA (BRASIL, 2020) estabelecem que a finalidade da modalidade é garantir não apenas o direito à escolarização, mas também o exercício da cidadania plena. O documento enfatiza a necessidade de promover práticas pedagógicas que incentivem o diálogo, o respeito à diversidade e a valorização das diferenças. Além disso, recomenda a inserção de temas

transversais — como direitos humanos, ética, meio ambiente e diversidade cultural — no currículo da EJA, a fim de fortalecer o compromisso com a justiça social e a democracia.

Freitas e Santos (2022) destacam que a EJA é também um espaço de ressignificação das trajetórias de vida dos estudantes, especialmente daqueles que enfrentaram processos de exclusão e fracasso escolar. Ao propiciar a reaproximação com o ambiente educacional, a modalidade permite a reconstrução de vínculos afetivos e sociais, estimulando o sentimento de pertencimento e o reconhecimento do valor da educação como ferramenta de cidadania. O estudo desses autores evidencia que a escola da EJA se torna, muitas vezes, um local de acolhimento e reconstrução identitária.

De acordo com Lima (2023), as metodologias adotadas na EJA devem promover a aprendizagem significativa e participativa, centrada no diálogo e na reflexão crítica sobre a realidade social. O desenvolvimento de projetos interdisciplinares e a utilização de temas geradores são estratégias eficazes para estimular o pensamento autônomo e a consciência política dos alunos. Dessa forma, a EJA contribui não apenas para a formação acadêmica, mas para o exercício ativo da cidadania e o fortalecimento da cultura democrática.

O relatório da UNESCO sobre aprendizagem de adultos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2022) reafirma que a educação de adultos é um dos pilares da inclusão social global. O documento defende a aprendizagem ao longo da vida como direito humano e como condição para a construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis. Essa perspectiva reforça o papel da EJA como componente fundamental das políticas de combate à pobreza, à exclusão social e às desigualdades estruturais, sobretudo em países da América Latina e do Caribe.

Rodríguez (2021) observa que a EJA, ao atuar sobre populações marginalizadas, assume um caráter de resistência social e de reconstrução comunitária. A autora destaca que, na América Latina, a modalidade é um espaço de empoderamento político, em que os sujeitos aprendem a reconhecer-se como cidadãos com voz e poder de ação. A educação de jovens e adultos, nesse sentido, funciona como mecanismo de democratização do conhecimento e de combate à concentração de poder simbólico e econômico.

Catelli Junior e Haddad (2022) reforçam que a EJA é um instrumento estratégico para o fortalecimento da democracia. Ao proporcionar o acesso à informação e ao pensamento crítico, a modalidade contribui para a formação de sujeitos capazes de compreender e intervir nas questões políticas, econômicas e sociais. Os autores argumentam que a ampliação da EJA é uma condição

indispensável para a consolidação de uma cidadania ativa e participativa, especialmente em contextos de desigualdade.

Mendonça (2019) acrescenta que a inclusão social promovida pela EJA deve estar articulada à construção de um currículo crítico, que considere os contextos de vida e de trabalho dos alunos. A autora defende que a escola deve ser espaço de valorização da diversidade cultural e de promoção de práticas educativas que estimulem a solidariedade, o respeito mútuo e o pensamento coletivo. Essa dimensão social do currículo contribui para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Paiva (2018) ressalta que a EJA possibilita a integração entre educação, cultura e cidadania, transformando o espaço escolar em um ambiente de convivência democrática. Para a autora, o processo educativo na EJA é uma oportunidade de reconstruir laços sociais e de promover o aprendizado coletivo, valorizando o diálogo como ferramenta de inclusão e de empoderamento. Essa prática pedagógica contribui para reduzir o isolamento social e para fortalecer o senso de pertencimento dos educandos à comunidade.

Conforme o INEP (2024), os indicadores educacionais demonstram que os alunos da EJA enfrentam múltiplas formas de vulnerabilidade, mas também revelam avanços significativos na ampliação da escolarização. As estatísticas evidenciam que a retomada dos estudos eleva o índice de inserção no mercado de trabalho e fortalece o capital cultural dos participantes. Tais dados confirmam o papel da EJA como promotora de oportunidades e como via de superação da exclusão educacional e social.

Para Martins e Oliveira (2024), o desenvolvimento da cidadania na EJA está diretamente relacionado à formação de professores comprometidos com a ética, a inclusão e a equidade. A atuação docente deve ir além da transmissão de conhecimento, incorporando uma postura reflexiva e humanizadora, que reconheça a educação como direito e como prática social transformadora. Assim, o professor se torna agente ativo na promoção da inclusão e no fortalecimento da consciência cidadã.

Por fim, Torres (2017) sustenta que a educação de jovens e adultos, ao ser orientada pelos princípios da justiça social e da aprendizagem ao longo da vida, contribui para a construção de sociedades mais democráticas e solidárias. A autora defende que a EJA deve ser entendida não apenas como uma política compensatória, mas como política de Estado voltada à emancipação dos sujeitos e ao fortalecimento da cidadania coletiva. Dessa forma, a EJA reafirma seu papel essencial na inclusão social e na formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de transformar a realidade em que vivem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como uma das mais relevantes políticas públicas de democratização do ensino no Brasil, ao garantir o direito à educação para sujeitos que, por diferentes razões, não tiveram acesso ou continuidade no processo de escolarização regular. Sua trajetória histórica demonstra que, mais do que uma modalidade compensatória, a EJA é um espaço de reconstrução de trajetórias, de valorização dos saberes populares e de promoção da dignidade humana. Conforme Haddad e Di Pierro (2023), o fortalecimento da EJA está intrinsecamente ligado à consolidação da cidadania e à redução das desigualdades educacionais e sociais que ainda persistem no país.

Ao longo da análise desenvolvida, verificou-se que a EJA se apoia em uma base legal sólida, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2020), que orientam suas práticas pedagógicas e asseguram sua função social. Entretanto, o distanciamento entre a legislação e a realidade cotidiana ainda se faz presente, manifestando-se na insuficiência de recursos, na descontinuidade de programas e na precariedade das condições de oferta. Como apontam Catelli Junior e Haddad (2022), a sustentabilidade da EJA depende da implementação de políticas de Estado, e não de medidas pontuais de governo, devendo ser acompanhada de investimentos consistentes em infraestrutura, formação docente e apoio aos estudantes.

Do ponto de vista pedagógico, ficou evidente que as metodologias aplicadas à EJA devem respeitar as especificidades socioculturais e cognitivas dos educandos. A aprendizagem precisa ser significativa, contextualizada e baseada no diálogo entre saberes escolares e experiências de vida. Autores como Lima (2023) e Machado (2020) destacam que a educação de jovens e adultos é, antes de tudo, uma prática de humanização e emancipação, na qual o professor atua como mediador de um processo de construção coletiva do conhecimento. Essa abordagem favorece não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o fortalecimento da autonomia, da autoestima e do senso crítico dos estudantes.

Além de seu papel formativo, a EJA cumpre uma função social estratégica ao promover inclusão, empregabilidade e participação cidadã. Souza e Almeida (2021) e Rodríguez (2021) ressaltam que a retomada dos estudos permite que indivíduos historicamente excluídos reconstruam suas identidades, ampliem suas oportunidades profissionais e se reconheçam como protagonistas de sua própria história. Assim, a EJA contribui para o desenvolvimento humano integral e para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática, alinhada aos princípios da UNESCO (2022) de aprendizagem ao longo da vida e equidade social.

Em síntese, a consolidação da EJA como política educacional efetiva requer compromisso político, continuidade institucional e reconhecimento social. É imprescindível compreender que o investimento nessa modalidade não representa um custo, mas uma ação estratégica de justiça social e de desenvolvimento sustentável. Fortalecer a EJA significa garantir que a educação seja, de fato, um direito inalienável e permanente, assegurando a cada cidadão a possibilidade de aprender, crescer e transformar a realidade em que vive. Dessa forma, a EJA reafirma seu papel como instrumento de emancipação, inclusão e cidadania ativa, pilares fundamentais para a construção de um país mais igualitário e humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação de Jovens e Adultos: diretrizes curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEB, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 7 out. 2025.

CARVALHO, Mônica Pereira. Educação de jovens e adultos: perspectivas críticas e políticas de inclusão. São Paulo: Cortez, 2021.

CATELLI JUNIOR, Roberto; HADDAD, Sérgio. EJA e políticas de formação cidadã: desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 90, p. 1–19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-449322027090>.

FREITAS, Maria do Carmo de; SANTOS, João Paulo. Trajetórias e permanência na EJA: um estudo sobre desigualdades educacionais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, n. 184, p. 1–22, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-531622052184>.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil: avanços e retrocessos (2015–2023). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 44, e262345, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES-262345>.

INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 7 out. 2025.

LIMA, Eliane Ribeiro. Metodologias ativas na educação de jovens e adultos: práticas inovadoras e desafios pedagógicos. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 49, e243811, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702202349e243811>.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos e a formação humana integral. Brasília, DF: Liber Livro, 2020.

MARTINS, Sandra Regina; OLIVEIRA, Carla Monteiro de. Formação docente e práticas pedagógicas na EJA: desafios e possibilidades. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 20, n. 54, p. 143–168, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxededu.v20i54.13158>.

MENDONÇA, Adriana Lúcia. Currículo e diversidade na EJA: caminhos para a equidade social. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Relatório Mundial sobre Aprendizagem de Adultos 2022. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 7 out. 2025.

PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos: saberes e práticas docentes. Petrópolis: Vozes, 2018.

RODRÍGUEZ, Mariana Fernández. Educación de jóvenes y adultos en América Latina: desafíos para la justicia educativa. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, v. 88, n. 2, p. 55–74, 2021.
DOI: <https://doi.org/10.35362/rie882455>.

SOUZA, Rosângela Pereira de; ALMEIDA, Thiago Costa de. A importância da EJA no desenvolvimento social e econômico. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 46, e124803, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236124803>.

TORRES, Rosa María. La educación de jóvenes y adultos en el siglo XXI: aprendizajes a lo largo de la vida. Buenos Aires: CLACSO, 2017. Disponível em: <https://www.clacso.org>. Acesso em: 7 out. 2025.